

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XII - Nº 219 - DE 16 A 30 DE JULHO DE 2001 - R\$ 1,00

Greve das PMs tem de ser generalizada e precisa do movimento operário, popular, camponês e estudantil para por abaixo FHC e seu plano de fome

Sete anos de Plano Real: Arrocho, Desemprego, Recessão, Privatismo Mais impostos Menos saúde, educação e previdência

Contra o apagão e a taxaço:

Fim das privatizações!

Reestatizar as privatizadas sob controle operário!

Nenhuma taxa ou imposto sobre os assalariados!

Nenhuma demissão!

Que os capitalistas paguem pela crise!

Argentina vivencia crise avassaladora. Artigo especial mostra as raízes da atual crise e as dificuldades para uma saída revolucionária.

Quinzena de luta do movimento operário

Policiais civis e militares mostram o rumo do movimento: greve radicalizada

É próprio das medidas neoliberais, aplicadas pelo governo federal de FHC e seguidas pela quase totalidade dos governos estaduais e municipais, sejam de partidos burgueses (PFL, PSDB, PMDB, PPB, PTB etc.), sejam partidos reformistas (PT e PCdoB), a ofensiva ao funcionalismo público através da redução de gastos deste setor, afetando suas condições de trabalho e de salário. Com a adoção da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início deste ano, os governos neoliberais, assumidos ou não, passam a ter uma justificativa “política e economicamente correta” para não atenderem as reivindicações dos trabalhadores. À medida que esta lei determina que os gastos com salários não podem ultrapassar os 60% de suas receitas líquidas, incluindo os servidores aposentados, os governos estaduais e municipais demitem, arrocham salários ou, no máximo, concedem reajustes miseráveis (normalmente gratificações). Tudo isso, sob a justificativa de estarem trabalhando para diminuir os déficits públicos tão prejudiciais à “sociedade”, como se todos que dela fazem parte fossem beneficiados.

Cada vez mais, entretanto, os funcionários públicos têm procurado reagir aos ataques do governo. Desde o início do ano, estouraram movimentos grevistas importantes como o dos portuários, dos trabalhadores de transportes urbanos em vários estados, dos policiais do Paraná e Tocantins, dos funcionários da Light do Rio de Janeiro, dos Professores de Piauí e Aracaju, dos Metroviários de São Paulo, dos funcionários da Saúde do Estado de São Paulo e, mais recentemente, dos policiais de Pernambuco e da Bahia.

A greve dos policiais de Pernambuco e, principalmente, da Bahia nos trazem importantes lições diante dos ataques dos governos neoliberais e da colaboração da burocracia sindical com estes governos.

A greve dos policiais da Bahia: quando a massa não está mobilizada não se adia a luta, radicaliza-se os métodos de ação para atingir a massa e tornar o movimento vitorioso

A greve dos policiais civis e militares da Bahia, decretada no dia 05/07, foi mo-

tivada pela política neoliberal do governo de César Borges (PFL) que, no dia 04/07 anunciou um reajuste miserável de 14% para a categoria (28 mil no total). De acordo com o jornal *Correio da Bahia*, este “aumento” atingiria apenas parte do setor, ou seja, 13.532 policiais, sendo 50% do interior (com gratificação nível II) e 80% da capital. Destes poucos “beneficiados”, somente para 10 mil o reajuste vigoraria a partir deste mês, os demais teriam de esperar até janeiro de 2002.

Atualmente, o salário base (o piso) tanto dos policiais civis como dos militares é de R\$ 180,00. O salário médio, incluindo gratificações, é de R\$450,00 para os policiais militares e de R\$ 600,00 para os policiais civis. Diante deste arrocho salarial, os policiais baianos reivindicam um piso de R\$ 1.200,00. Esta não é, entretanto, a única reivindicação dos policiais civis e militares da Bahia.

Os policiais compreenderam que os ataques do governo não se restringem ao arrocho salarial, mas também à repressão dos trabalhadores que lutam contra esta política. O governo de César Borges prendeu dois policiais (um tenente e um sargento), por defenderem a greve, sob a acusação de “insubordinação”, no início de julho e, no próprio dia 05/05, a Secretaria de Segurança Pública determinou o aquartelamento de vários policiais visando impedi-los de participarem da assembleia da categoria que deliberaria sobre a decretação da greve. A resposta dos policiais diante da pressão do governo foi a deflagração da greve e inclusão da reintegração de 68 policiais exonerados e a libertação dos dois policiais presos na pauta de reivindicações. Desde o início, portanto, esta greve esteve marcada por objetivos políticos que iam além da reivindicação salarial e que se chocavam com a política neoliberal do governo.

A greve não começou com grande adesão. E o governo tentou usar a tática de desacreditar o movimento.

Uma vanguarda, entretanto, pertencente ao 5º, 8º e 16º batalhões, não estava simplesmente paralisada, mas aquartelada. Havia ocupado estes batalhões e tinha sob controle os armamentos dos mesmos. Ou seja, havia compreendido que somente a radicalização da greve

poderia levar a uma adesão maior. E foi justamente isso que ocorreu. A greve que iniciou com uma adesão pequena foi sendo construída, com um ascenso vertiginoso, através da radicalização do movimento, com a utilização de métodos de ação direta (greve combinada com ocupação de quartéis e companhias independentes da PM).

Esta radicalização, de um lado, forçou as direções do Sindicato de Polícia Civil (Sindipoc) e da Associação de Cabos e Soldados da Bahia a assumirem o movimento grevista, ainda que não abrindo mão de ações pacifistas como correr atrás do clero para intermediar as negociações com o governo. De outro lado, foi ganhando confiança de setores menos mobilizados. No dia 09/07, a adesão da greve era de 80% em todo o Estado.

O governo, por sua vez, cumpriu seu papel fascista, utilizando todas as armas para tentar destruir o movimento. Ameaçou só negociar se a greve terminasse. O comando da PM determinou o retorno “imediato” dos policiais ao trabalho. A justiça burguesa concedeu uma liminar de reintegração de posse ao Estado dos batalhões ocupados pelos grevistas (5º, 8º e 16º), permitindo o uso da força para o cumprimento da medida.

A resistência dos policiais grevistas, entretanto, não permitiu que o movimento fosse destruído, ao contrário, o fortaleceu. No dia 10/07, o 18º batalhão também foi paralisado e ocupado. Os grevistas controlavam 4 dos 7 batalhões da região Metropolitana de Salvador. E a Associação de Cabos e Soldados da Bahia informou que os aquartelados não cumpririam a determinação da justiça. No dia 11/07, a ação dos grevistas de seqüestro dos armamentos pesados da PM armazenados no batalhão de choque e a ocupação temporária de 5 escolas públicas do Beco da Cultura, em Amaralina engendrou um ascenso maior. Os grevistas passaram a controlar 7 unidades da PM entre batalhões e companhias avançadas. Os delegados da Polícia Civil, os peritos do Instituto Médico Legal e 600 integrantes da tropa de choque do Estado, que vinham patrulhando as ruas no lugar dos policiais, resolveram aderir à greve.

Desta forma, a tentativa das direções

greve dos policiais em outros Estados e de uma radicalização interna

A greve dos policiais civis de Pernambuco (5.000 no total), iniciada em 03/07, tem por reivindicação um reajuste salarial de 28%. Atualmente o piso da categoria é de cerca de R\$ 76,00. O movimento tem apresentado um índice médio de 80% de paralisação. O que tem levado o governo do Estado a atacá-lo.

No dia 10/07, a justiça burguesa suspendeu a decisão que considerava a paralisação "legal", acatando o recurso impetrado pelo governo. Isso demonstra que não é possível cantar vitória em questões que envolvem a justiça burguesa. Tanto que, além de determinar o retorno dos policiais grevistas ao trabalho, o Tribunal de Justiça fixou multa de R\$ 20 mil por dia de paralisação.

Independente da sentença judicial os grevistas continuam resistindo e ameaçam radicalizar o movimento se o governo continuar pressionando. Dizem ainda que só retornam ao trabalho se o governo negociar. O governo se mantém firme, disse que não tem verbas para dar reajuste salarial. Até o dia 11/07, os chamados serviços essenciais (ocorrências de homicídios, recolhimento de corpos e necropsia) estavam sendo mantidos pelos grevistas. O que consiste em um equívoco, pois compromete a paralisação total da categoria e sua dedicação total ao movimento, a exemplo dos policiais da Bahia.

O problema da greve de Pernambuco em comparação com a da Bahia é que, em primeiro lugar, os policiais militares não estão envolvidos no movimento. Em segundo lugar, eles enfrentam um situação mais séria de condições salariais o que pode ser um fator de motivação ou de temor à perda do emprego. Em terceiro lugar, a radicalização do movimento (praticamente 15 dias de greve ainda está por vir) o próprio fato da justiça inicialmente ter considerado a greve "legal" criou uma ilusão entre a categoria na possibilidade de se lutar pela via institucional/legalista.

É necessário urgentemente generalizar a greve dos policiais em um movimento unitário, nacional. Para tanto, os policiais de todos os Estados terão de seguir o exemplo da Bahia e superarem a direção burocrática que está fazendo de tudo, e claramente, para travar o movimento. E chamar o movimento operário, popular,

sindicais de promover a conciliação com o governo por meio do clero foi superada pela ação incisiva da vanguarda, que impôs o tom da radicalização que se propagou para toda a base da categoria que ia aderindo ao movimento. A radicalização da vanguarda começou a se transformar em uma radicalização de grande parte dos soldados, na mesma medida em que o governo buscou reprimir o movimento. Mesmo César Borges assinando (no dia 11/07) o decreto para transferir o comando da PM para o exército brasileiro, visando "preservar a lei e a ordem", os grevistas disseram que não aceitariam a repressão e apresentaram a disposição de resistirem armados a qualquer tentativa de invasão dos quartéis por parte do Exército.

A greve dependia da generalização do movimento grevista, incluindo outras categorias do Estado e paralisando os policiais de outros Estados. Isso só se fez sentir parcialmente na cidade de Salvador. No dia 12/07, o governo federal de FHC, temendo justamente um avanço do movimento em nível nacional, autorizou a invasão de tropas do Exército em Salvador (num total de 800 homens do Exército de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Paraíba na Capital baiana, no dia 15/07). A Associação de Cabos e Soldados da Bahia, diante do temor do Estado burguês, no entanto, se preocupou em negar que estivesse promovendo um movimento de paralisações dos policiais em outros Estados. Ainda assim, os vigilantes entraram em greve e obrigaram o fechamento de bancos em grande número, através de piquetes. Houve manifestações populares e saques.

Ou seja, num momento em que o movimento está ameaçado e ao mesmo tempo continua a avançar, a direção sindical se nega a reconhecer a necessidade de generalização da greve, para a unificação nacional, e de que as tropas do exército fossem expulsas. O que só pode ser feito por um movimento que inclua outras categorias do Estado e que seja nacional, no mínimo entre os policiais, para, ora forçar as tropas a aderirem a greve, ora torná-las ineficazes diante de uma paralisação nacional de policiais.

É preciso destacar que o movimento continuou avançando, mesmo depois do governo de FHC autorizar a invasão do exército (dia 12/07) e manteve-se até o dia 14/05 em ascensão. No dia 12/07, dos 2.540 PMs de Salvador convocados para trabalhar somente 46 comparecem; 23 de-

legacias de Salvador não funcionavam. O batalhão da Penitenciária Lemos de Brito (a maior da Bahia) parou e ficou aquartelado. O movimento dos policiais acabou estimulando outras categorias do Estado a entrarem em greve. Assim, paralisaram os agentes da secretaria municipal dos Transportes Urbanos, que reivindicam 70% de reajuste; os vigilantes de banco e de empresas de segurança; e os funcionários das secretarias estaduais da Educação, Saúde e Justiça. Segundo dados da Folha de São Paulo, de 13/07, 19 unidades apresentavam policiais aquartelados, sendo: 7 Batalhões da Polícia Militar (2º de Ilhéus e 5º, 6º, 7º, 8º, 16º e 18º de Salvador); 11 Cias. Independentes da PM de Salvador (3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 15ª, 23ª, 35ª, 39ª, 40ª e 41ª) e Corpo de Guarda - Penitenciária Lemos de Brito, Salvador. No dia 13/07, mesmo após o Exército ter assumido o controle da PM na Bahia o movimento mantinha-se forte. No dia 14/07, nenhum policial trabalhou, ou seja, houve adesão de 100% na capital.

O fato do movimento grevista ter se mantido e o fato de ter continuado a chamada "onda de violência", mesmo diante da invasão do exército, forçou o governo de César Borges a recuar em dois pontos: libertação dos dois policiais presos e reintegração dos 68 militares exonerados. O governo, entretanto, em troca quer um mínimo de 30% dos policiais nas ruas, ou seja, quer que parte da categoria retorne ao trabalho e, conseqüentemente, acabe com a greve. Além disso, já disse que poderá analisar nova proposta de reajuste, mas que não concederá o piso de R\$ 1.200 reivindicado pela categoria. Para as direções sindicais esta proposta "é boa", mas "é a categoria que decide".

A greve dos policiais civis e militares da Bahia, respondendo com ação direta, radicalização e generalização do movimento aos ataques do governo, obteve a liberação de lideranças presas e uma nova proposta de reajuste salarial pelo governo, ainda que parcelada. O reajuste parcelado é um engodo, porque preserva a proposta imediata do governo e as demais parcelas (março e julho de 2002) serão corroídas pela inflação. Mas o conflito ainda não acabou, pois prosseguem algumas e há novas greves dos policiais de outros Estados (Alagoas).

A vitória da greve de Pernambuco dependia da manutenção da greve da Bahia, da generalização da

camponês e estudantil a uma luta unificada nacionalmente pela derrubada de FHC e seu plano antinacional e antipopular.

A direção sindical nacional dos policiais é anti-greve e do partido do governo vendido de FHC

O presidente da Associação Nacional de Cabos e Soldados, o cabo Wilson Moraes, é deputado estadual de SP pelo PSDB. No dia 14/07, ele declarou que estava sendo “pressionado” por algumas associações estaduais para promover a greve nacional de policiais. Sobre uma greve nacional disse: “Sou contra, mas a pressão está muito forte. Se não houver acordo (entre o governo baiano e os grevistas) até segunda-feira, os presidentes das associações estaduais querem vir a Salvador para proclamar uma paralisação total da corporação.” (Folha de São Paulo, 15/07)

Não é a primeira vez que cabo Wilson declara que é contra a greve, forma de luta própria dos trabalhadores. Como membro de um partido burguês contrário aos interesses dos trabalhadores explorados e oprimidos, cabo Wilson defende mesmo é a “manutenção da ordem”, isto é, do capitalismo explorador que tem na polícia cães de guarda da burguesia.

O objetivo anunciado pelas entidades estaduais de cabos e soldados da PM é radicalizar o movimento para forçar os governos estaduais a negociarem reajustes maiores e o governo federal a aumentar o repasse de verba federal para a segurança pública.

Para o cabo Wilson, que é membro do governo, ao invés da greve, as entidades devem buscar apenas negociar com os governos estaduais. Esta foi e é a orientação dada por sua direção na Associação Nacional de Cabos e Soldados. Sua intenção era mesmo marcar uma assembleia da categoria para o mês que vem (agosto). Para “aliviar sua barra” diante do governo, na semana passada, tratou de entregar uma carta ao general ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, descrevendo a “pressão” que vem sofrendo para uma greve nacional e que dizia ainda que: “Mesmo com a punição prevista pelo regulamento, o pessoal está disposto a parar. E o governo federal deve se preocupar com isso”. (Folha de São Paulo, 12/07). Como é possível observar, a atitude deste burocrata sindical é de delação dos policiais lutadores.

Policiais de São Paulo: a situação de desmobilização é muito grande

No Estado de São Paulo, os policiais civis e militares sofreram um grande ataque do governo Alckmin (PSDB). Enquanto a categoria reivindica 41,04% de reajuste salarial para todas as funções, o governo em 07/07, ofereceu um “aumento” de 6% a 10% sobre o salário-base para todos os policiais e fixou um piso mínimo de R\$ 1.000 para soldados e R\$ 2.500 para delegados e oficiais da PM em início de carreira.

O movimento da Polícia Militar (com 13 entidades representativas) e da Polícia Civil (com 24 entidades) tem sido marcado pelo pacifismo. Mesmo considerando o aumento do governo uma “tração” e dizendo que os policiais “não precisam de esmolas”, como afirmaram a direção do Sindicato dos Investigadores e do Sindicato dos Delegados de Polícia de São Paulo, respectivamente, até agora, no geral, as direções sindicais dos policiais paulistas não defenderam uma greve a exemplo dos policiais da Bahia. Pretendem pressionar os deputados estaduais a não aprovarem o projeto de lei do governo em agosto que lhes concede o reajuste salarial e mobilizar as mulheres dos policiais militares nos movimentos reivindicatórios. Além de participarem de manifestações durante solenidades públicas onde o governador estiver presente.

No dia 09/07, estas direções sindicais promoveram um protesto, com cerca de somente 30 policiais civis e militares, no parque do Ibirapuera, durante a comemoração da chamada revolução constitucionalista, onde o governador do Estado, Geraldo Alckmin estava presente. Usando nariz de palhaço e exibindo faixas os policiais não entraram em confronto com a tropa de choque que chegou a montar um cordão de isolamento para que os manifestantes não se aproximassem do palanque oficial. As entidades sindicais fizeram um acordo com o comando da Polícia Militar para que o protesto ocorresse e com a tropa para que suspendesse o cordão, prometendo que o ato seria pacífico. Ou seja, as direções sindicais nada fizeram para mobilizar a categoria para uma manifestação massiva e radicalizada de enfrentamento ao governo através do método da ação direta, com bloqueio da rua onde se realizava o “desfile oficial”, por exemplo.

A colaboração dessas direções com o governo é clara e coloca a categoria no

caminho da derrota em relação a sua reivindicação de reajuste salarial e no caminho da repressão e desmantelamento do movimento. O cabo Wilson Moraes, deputado estadual de SP pelo PSDB, presidente da Associação Paulista de Cabos e Soldados, no mês de maio, quando uma parcela da categoria queria entrar em greve no dia 28/05, fez um apelo para que os policiais não parassem para não “atrapalhar” as negociações, as quais resultaram neste reajuste de miséria.

Diante disso, o governo, de um lado, joga com as direções sindicais dizendo não acreditar na possibilidade de uma greve que tantos “transtornos” causaria ao Estado. De outro lado, ameaça e caça as lideranças grevistas. O secretário de Segurança Pública, Petrelluzzi, deixou claro que: “O governo não vai negociar. Poderá haver prisão administrativa dos policiais que descumprirem a lei e outras sanções.” (Diário Popular, 10/07) O comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Rui César Melo, declarou que o serviço reservado da corporação está atrás destas “lideranças negativas”, as quais “comprometem os policiais honestos” (Diário Popular, 10/07). Afirmou que: “A PM está mobilizada para identificar lideranças negativas, que serão tratadas como desordeiros” (Folha de São Paulo, 10/07). Na verdade, a Corregedoria da PM tem intimado diversos policiais a deporem.

Nenhuma das direções sindicais, entretanto, levanta a bandeira contra a repressão ao movimento e pela defesa do direito de greve, já que a justiça burguesa proíbe que um PM da ativa faça greve ou seja sindicalizado e ainda prevê punição administrativa a policiais da reserva. A situação dos policiais do Estado de São Paulo, se continuar dependendo das direções sindicais será: nada de reajuste e repressão aos grevistas.

É necessário a categoria sair da defensiva e seguir o exemplo dos policiais da Bahia. A fração radicalizada disposta a realizar a greve deve assumir seu papel de vanguarda e impulsionar o movimento no Estado para que ele possa se somar com o movimento grevista mais geral, nacional, que pode estourar nas próximas semanas.

**PELA GREVE NACIONAL DOS
POLICIAIS CIVIS E MILITARES
PELA EXPULSÃO DAS TROPAS
DO EXÉRCITO DA BAHIA
PELO FIM DAS PERSEGUIÇÕES
DO GOVERNO AOS GREVISTAS**

Estudo da FGV mascara pobreza no Brasil

Segundo o estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) sobre a pobreza no Brasil, divulgado em 10/07, são 50 milhões os pobres no país, ou 30% da população. O Nordeste é a região que apresentam os piores índices. O Piauí é o estado mais pobre com 61,75% na condição de pobres, seguido do Maranhão (63,72%), Ceará e Alagoas (55,43%).

Conforme a Organização Mundial da Saúde - OMS (organismo do imperialismo) a linha de pobreza é definida em R\$ 79 mensais, que seria o "mínimo necessário para o consumo de uma cesta básica, segundo seus parâmetros" (O Estado de São Paulo, 10/07/2201). Trata-se de um parâmetro que serve à burguesia e ao imperialismo. Mascara a pobreza real, pois nem os R\$ 79, nem o salário mínimo de fome de R\$ 180,00, bem superior ao "parâmetro", garante o consumo necessário de calorias, vestuário, transporte, habitação etc. Por trás do parâmetro da OMS esconde-se um número bem maior de indigentes e pobres, subnutri-

dos e esmagados, condenados pelo regime de morte do capitalismo. Sem falar que apenas cerca de 60 milhões de brasileiros compõem o mercado de trabalho, o que mostra que até para os critérios burgueses a miséria é bem maior que a apresentada.

O Ceará é o 3º estado mais pobre do Brasil, tem 55,73% da sua população abaixo da linha da pobreza. A miséria real vai mais além. A política neoliberal (pró-imperialista) dos governos Tasso (PSDB) / Ciro Gomes (PPS) agravaram a situação. O estado que chegou a ter 2,5% do PIB hoje responde por 1,67% desse PIB, com a produção agropecuária em frangalhos.

O aumento da pobreza é próprio do capitalismo, que pela natureza de seu modo de produção tem de aumentar o número de desempregados, reduzir salários e concentrar riquezas. Na fase do imperialismo, de decadência desse sistema, já não consegue desenvolver as forças produtivas da humanidade. O velho

impasse para a civilização - socialismo ou barbárie - ficará mais claro ainda à medida que avança o capitalismo para o precipício.

A saída é a luta contra os governos burgueses de Plantão, responsáveis pelos planos econômicos que avançam a indigência: FHC, Tasso e Juraci. Esse combate parte da defesa intransigente das reivindicações elementares das massas, jamais rebaixando-as, e impulsionando a luta direta para que os explorados, pela sua própria experiência, cheguem à conclusão da necessidade de tomar o poder político da burguesia e destruir o capitalismo. Para isso, depende da construção do Partido Operário Revolucionário, direção estruturada ao redor do programa proletário, que nada mais é que a assimilação e teorização das leis de desenvolvimento histórico do capitalismo internacional e aplicada à realidade nacional, a partir da experiência do movimento revolucionário praticada na luta de classes nacional e internacional.

Fracassa o Racionamento do Governo

As medidas do governo antinacional de FHC para evitar uma bancarrota ainda maior do setor elétrico e que se traduziu em ataques à vida das massas (sobretaxa, cortes etc.) não conseguiram contornar os problemas no fornecimento.

A crise na geração e distribuição, produto do corte nos investimentos, exigidos pelo cumprimento das metas do FMI (Fundo Monetário Internacional) foi agravada por impasses no uso do Gás natural boliviano para as termelétricas, o consumo abaixo da meta no mês de junho, e a falta de chuvas. O governo agora prepara contra as massas o chamado "Plano B" de racionamento, que sacrificará ainda mais os trabalhadores.

O Plano B prevê aumento da meta de economia para 30% e prepara a aplicação do pagão de até 4 horas diárias. O Nordeste, que já tem um raquítico consumo, onde mais de 20

milhões vivem com menos de 100kwh/mês, sofrerá os piores efeitos.

Apesar da economia praticada pela população, que superou na maioria das vezes os 20% fixados pelo governo, veio um novo reajuste, de cerca de 16%, que garante às companhias de geração e distribuição a preservação do faturamento, apesar da grande redução no consumo.

Todas as medidas tomadas pelo governo são formuladas nos gabinetes dos organismos internacionais, que determinam que não haja investimentos na geração hidroeétrica nem na distribuição, e sim em geradoras que possam levar a aquisição de produtos e serviços estrangeiros (termelétricas, retomada da construção de usinas nucleares, todas com maior consumo de água), o que é vantajoso para as multinacionais e terá de ser realizado com financiamento do capital externo, o que dará mais lucros ao capital finan-

ceiro parasitário.

O pior é que a oposição reformista (PT e aliados) sequer denuncia o governo. A prefeita Marta, em São Paulo, até formulou, com ajuda de especialistas europeus, um plano de apoio ao racionamento do governo.

As massas têm de se levantar contra a opressão do governo e rechaçar a colaboração do reformismo, e exigir, nas ruas:

Nada de apagão! Reestatizar as empresas privatizadas sob controle operário!

Nenhuma demissão! Nenhuma taxaço! Que só os capitalistas paguem pela crise!

Fora o racionamento, investimento imediato na produção e distribuição.

Abaixo FHC capacho do imperialismo!

Sete anos de plano Real: tudo aponta para a volta da inflação

A recente crise argentina tem acelerado o processo de desgaste da política econômica do governo FHC. O artificialismo na condução do valor do Real frente ao dólar vai se esgotando. Não é possível preservar eternamente o valor da moeda de uma economia que está estagnada frente ao dólar da maior economia mundial. A contradição só não é maior porque a economia norte-americana também cessou de crescer.

A crise argentina e brasileira mostram, em diferentes graus de evolução, a impossibilidade da política neoliberal em superar a crise mundial capitalista, com suas manifestações regionais. A sãna do capital financeiro internacional, pressionado pela crise de superprodução, é de atacar vorazmente as economias dos países atrasados, seja pela especulação e parasitismo financeiro, seja pela abertura de mercados aos produtos e serviços das multinacionais. O problema é que as frágeis economias dos países atrasados não suportam mais que alguns anos a condição de ficar enviando vultosas remessas de capital para o exterior, seja na forma de juros ou na de ganhos produtivos, e ao mesmo tempo ter de arcar com um déficit na balança comercial, causado pela abertura unilateral de mercado, fator que agrava ainda mais a saída de dólares.

O governo, que chegou a gastar mais de 7 bilhões para segurar o dólar, e tomar emprestado mais 19 bilhões, reconheceu na prática a impossibilidade de manter o artificialismo pleno, e tem mantido certa passividade frente à esca-

lada da moeda norte-americana. Tudo indica que é orientação imperialista afrouxar as amarras do dólar para evitar a quebra do crédito e a inadimplência externa, como está para se efetivar com a Argentina. Além disso, a elevação do dólar aumenta por si só a dívida externa em bilhões, e a alta dos juros praticada pelo governo para evitar a explosão da inflação engorda ainda mais os bolsos dos parasitas financeiros.

A tendência da economia brasileira é a de atenuar o artificialismo do câmbio, desvalorizando o Real e elevando a taxa de inflação. A desvalorização e os juros vão implicar em maior necessidade estatal de recursos destinados aos serviços das dívidas externa e interna. Esses recursos só poderão vir da elevação de impostos e cortes de gastos públicos. Isso depende de uma ofensiva governamental contra as massas, a ser aprovada no parlamento. Diante da crise política, é provável que a elevação de impostos não possa ser efetivada diretamente, mas pelos reajustes de tarifas públicas e combustíveis. Os cortes de gastos devem obedecer a um estrangulamento dos investimentos públicos e cortes nos orçamentos de saúde, educação etc.

A desvalorização do Real favorece as tendências inflacionárias, a recessão interna e a competitividade externa. Setores voltados à exportação podem se beneficiar, com a vantagem adicional do arrocho salarial.

Ainda que consigam ampliar a ofensiva contra as massas, o governo e os capitalistas não podem escapar às

tendências mais profundas da crise capitalista mundial. Preservando a dependência externa, a abertura unilateral de mercado, o parasitismo financeiro e o estrangulamento estatal, a quebra só será adiada. Chegaremos à mesma situação catastrófica da Argentina.

A oposição reformista (PT e aliados) tem se mostrado incapaz de oferecer uma saída para a crise capitalista. O programa de governo do PT, apresentado recentemente, tem 99% dos pontos congruentes com o programa econômico de FHC. Zé Dirceu foi à TV para garantir que o PT vai pagar a dívida (quer apenas renegociá-la, como aliás já está sendo feito pelo governo), manter a CPMF para garantir o sustento do parasitismo, pede apoio de empresários para fortalecer mercado interno e assim por diante. A crise econômica alavanca a crise política e os bandos burgueses mostram-se divididos. Nem mesmo uma saída eleitoral os partidos patronais conseguem formular. Mas o movimento não se levanta pelas reivindicações de forma unitária, porque as direções majoritárias estão comprometidas com a governabilidade e com a política econômica pró-imperialista.

O proletariado, o movimento camponês, popular e estudantil têm de dar a sua própria resposta à crise: movimento nacional e unitário pelas reivindicações mais sentidas, pôr abaixo o governo FHC e seu plano de fome. Para isso, é preciso por em pé a frente única antiimperialista e anticapitalista, e construir o partido operário revolucionário.

Reitoria da USP inicia repressão a estudantes que lutam contra privatização

No último dia 26/06, uma manifestação dos estudantes em frente à reitoria decidiu ocupar a sala do Conselho Universitário para impedir a sua realização. Motivo: estava em pauta a regulamentação das fundações privadas na USP e era possível que também se votasse o regi-

mento anti-greve contra o movimento dos professores e funcionários.

A regulamentação das fundações na USP é um passo enorme rumo à sua privatização. As fundações são o mecanismo favorito do capital para apossar-se e determinar os rumos da pesquisa, ensi-

no e da chamada "extensão". São o meio de privatizar sem ter de arcar com gastos e financiamentos. As fundações buscam dinheiro no mercado, oferecendo seus "serviços", que são realizados com pessoal e estrutura da universidade pública. Muitos professores já têm nos ganhos

nas fundações o essencial de sua renda, e secundarizam o salário da universidade, e ela própria. Há alguns meses, veio a público o escândalo de um curso de pós-graduação em Odontologia no interior no qual três quartos dos alunos nas salas de aula eram "clientes" da fundação local, pagando mensalidades à altura de cursos particulares.

De acordo com as determinações dos organismos internacionais, as universidades públicas têm de deixar de ser sustentadas pelo Estado, e buscar financiamento externo. É a chamada "autonomia da gestão financeira" do governo FHC. As fundações são um mecanismo fundamental para a realização desse projeto.

Por isso, foi muito importante, não apenas para a USP, mas para todas as

universidades públicas do país, o bloqueio da aprovação desse projeto pelo movimento estudantil. É uma cunha contra a política privatista dos governos e essa luta deve ser apoiada e generalizada nacionalmente.

É lamentável que professores que se apresentam como "de esquerda" tenham saído a condenar a ocupação do CO pelos estudantes. A Adusp e o Sintusp devem se manifestar de forma incondicional seu apoio ao movimento estudantil e se juntar a ele na luta contra a privatização.

A reitoria iniciou um processo repressivo contra os estudantes, intimando vários alunos que participaram da manifestação a prestarem depoimento. Age como o Deops da ditadura militar, interrogando e reivindicando delação,

com pressão psicológica. Seu objetivo é pressionar o movimento para que recue e abra o caminho para a privatização, e criar condições para a punição formal da vanguarda do movimento.

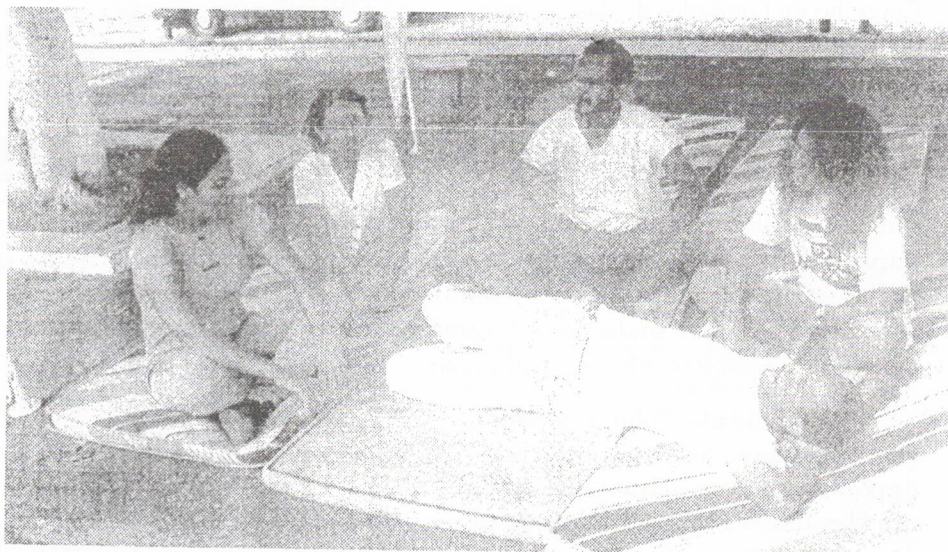
É preciso que todas as organizações sindicais, populares e principalmente estudantis (UNE, UEE) tomem posição de firme defesa dos estudantes contra a repressão. Que se forme um comitê unitário de defesa dos acusados e de mobilização contra as fundações. Que se organize uma paralisação geral dos estudantes no início de agosto, rumo a uma greve geral da comunidade universitária, pelas reivindicações de defesa da universidade pública e de reposição salarial de professores e funcionários, que tiveram sua política salarial extinta pela reitoria.

Prefeitura de Ceará Mirim libera pagamento depois de greve de fome

Em Ceará Mirim, um grupo de professores da regional do Sinte iniciou uma greve de fome no último dia 4, em protesto contra a decisão da prefeita Edinólia Melo de suspender o pagamento de junho para os professores que permanecessem com seu movimento reivindicatório.

Logo no dia seguinte, uma comissão dos sindicalistas foi recebida na prefeitura. Ali foram informados que a prefeita autorizara a liberação de seus pagamentos, que estariam à disposição no dia seguinte. A reposição dos dias parados ficou para ser negociada posteriormente.

Os professores de Ceará Mirim haviam iniciado uma greve no dia 07 de junho, recusando uma proposta de reajuste de 20% oferecida pela prefeitura. A reivindicação do movimento era de 5 salários e meio (mil reais). O salário base era de 193 reais. A greve transcorreu em meio a ameaças e repressão da prefeitura. A prefeita chegou a buscar uma negociação por fora do sindicato, com uma parcela dos professores que estava disposta a aceitar a miséria oferecida, que resultou num acordo de 20% de reajuste. A seguir, a prefeitura fez uma campanha com carros de som pelos bairros chamando os professores a retornarem ao trabalho mes-



Acampamento dos grevistas de fome em Ceará Mirim (RN).

mo em recesso escolar.

Isolado, o movimento acabou recuando, e, no final de junho, os 37 professores que ainda estavam em greve retornaram ao trabalho. A prefeitura exigiu a reposição de aulas, e bloqueou o pagamento de salários dos professores, até a reposição. Contra mais essa medida autoritária da prefeitura é que os professores fizeram a greve de fome. O comando de greve decidiu pelo jejum de três professores, sendo que o restante assumiria outras funções de negociação e mobilização.

O acampamento projetou o problema pelo Estado, pois vários jornais deram destaque ao acampamento montado em frente à prefeitura. A pressão obrigou a prefeitura a recuar.

O POR esteve na linha de frente do movimento, e indica que a resposta à repressão da prefeitura teria de contar com o apoio dos outros movimentos, para impor as reivindicações populares e evitar que o isolamento pudesse ajudar a prefeita a dividir o movimento e enfraquecê-lo.

LBI apronta mais uma

Recebemos e transcrevemos abaixo resolução aprovada pelo Conselho de Entidades de Base da Universidade Federal do Piauí, que trata do uso indevido pela LBI de passagens de delegados ao último Congresso da UNE, realizado em Goiânia. A LBI é conhecida pelo uso do método de calúnias e difamação, e por expressar abertamente sua defesa do uso dos recursos materiais dos organismos de massa sem nenhuma autorização de assembléias de base.

Declaração Política

Os Centros Acadêmicos da Universidade Federal do Piauí, reunidos em Conselho de Entidades de Base (CEB) no dia 26 de junho de 2001, e considerando que:

1) No último CEB foi formada uma comissão de Centros Acadêmicos da UFPI com o objetivo de reivindicar passagens na Universidade para viabilizar a participação de estudantes no 47 Congresso da UNE.

2) A estudante da UFPI e integrante do grupo intitulado "Juventude Avançar na Luta", a "Liga Bolchevique Internacionalista" - Karla Josnaína desrespeitou a deliberação do último Conselho de Entidades de Base e, usando irregularmente o nome do DCE, solicitou passagens na Universidade para

uso pessoal e do seu grupo.

3) Duas das passagens apossadas pela referida estudante foram desviadas da Comissão de CAs;

4) Não houve "delação policial" por parte da direção do DCE-UFPI, ou da Comissão de Centros Acadêmicos para a polícia de Gilbués ou outro organismo policial contra qualquer estudante.

5) Não houve qualquer "acordo" com a Reitoria da UFPI para que se perseguisse estudantes ou delegados ao Congresso da UNE (CONUN E);

6) A comissão de CAs, delegados ao CONUNE e a direção do DCE tiveram conflitos públicos com a reitoria nos momentos da reivindicação das passagens ao CONUNE.

7) Os militantes dos partidos políticos organizados na Universidade, da

mesma forma, não apoiaram, e desconhecem qualquer tipo de delação policial encaminhada pelo Movimento Estudantil da UFPI.

8) As calúnias são idéias que infelizmente ainda se propagam no seio dos movimentos sociais com o intento único de destruí-los.

RESOLVEM:

1) Considerar calúnia a nota distribuída no dia 13 de junho no Congresso da UNE e no dia 21 de junho na UFPI pela "Juventude Avançar na Luta" a "Liga Bolchevique Internacionalista".

2) Repudiar o método de calúnia utilizado pelo referido grupo, incompatível com o desenvolvimento das lutas dos estudantes e trabalhadores e que tentam levar o Movimento Estudantil da UFPI ao atraso.

CARTA À COMUNIDADE USPIANA

Publicamos abaixo carta do DCE da Unicamp em defesa da ocupação da reitoria da USP, ocorrida no último dia 26/06, para impedir a aprovação da regulamentação das fundações privadas na USP, que constituem instrumento de privatização. A reitoria está organizando processos internos contra estudantes que participaram do movimento, e é fundamental que todas as correntes e partidos, sindicatos e organizações operárias e camponesas se manifestem contra a perseguição política e em defesa da ocupação contra a privatização.

A Universidade Pública brasileira vem passando ao longo da última década por sua mais grave crise. O avanço do neo-liberalismo vem contaminando todas as estruturas da nossa sociedade e as universidades não estão imunes a isto. As políticas educacionais e científicas gestadas no Banco Mundial e impostas pelo FMI são implementadas pelos governos federal e estadual, com a conivência e/ou cumplicidade das castas dirigentes das universidades.

Entretanto, o neo-liberalismo ataca não apenas de fora, com uma força externa, mas também (e principalmente) de dentro, num processo de privatização já nem tão branco (de tão podre). Ora, as Fundações Privadas que se proliferam nos campi são um dos mais importantes

instrumentos deste processo. Sob a alegação de que se deve buscar fontes alternativas¹ e criativas¹ de financiamento para as universidades, as Fundações privadas mal deixam esconder que são um apêndice dos grandes negócios, desvirtuando o caráter público da universidade e do conhecimento por ela produzido.

Isto sem falar da quebra da isonomia salarial, da precarização geral dos contratos de trabalho, do estímulo à concorrência selvagem entre pesquisadores e na opacidade (para dizer o mínimo) das finanças da maioria delas.

Mas no momento em que, na USP, setores da comunidade universitária se unem contra a definitiva regulamentação das Fundações Privadas, o pensamento neo-liberal mostra o seu rosto

arcaico, velho e velhaco, lançando mão de regras criadas em 1973 (auge da ditadura) para processar e punir estudantes. Esta atitude arbitrária e persecutória não pode deixar de indignar todos aqueles que lutam em prol de uma universidade que seja pública e democrática mesmo. Expressamos nossa total solidariedade aos estudantes da USP, certos que estes não se intimidarão ante os desmandos e o autoritarismo do Sr. Jacques Marcovich, ou que quer que seja o gerente de plantão.

Diretório Central dos Estudantes da Unicamp

Gestão Ocupando espaço - DCE para todos DCE/Unicamp - "Ocupando Espaço - DCE para Todos"

Judiciário/SP

Trabalhadores procuram se organizar para combater os ataques do TJ/Governo

Os judiciários de São Paulo, assim como os demais trabalhadores, estão sentindo cada vez mais as conseqüências dos ataques desferidos pelo governo TJ/Alckmin/FHC. Em decorrência disso, há no seio da categoria um grande descontentamento que cresce a cada investida da cúpula do TJ, mas que não pôde ainda se transformar em ação devido à falta de organização, bem como de um sindicato de luta. A "Comissão de Organização e Mobilização dos Judiciários" eleita na assembléia geral no mês de abril, está se estruturando aos poucos, prevalecendo ainda muita confusão, devido à pouca formação política de seus integrantes. Porém, tem feito alguns avanços, com reuniões regulares e tem dado respostas em seus materiais aos principais problemas enfrentados pela categoria, colocando a necessidade de esta se levantar em luta para combater os ataques do Tribunal. Neste momento comparece como o organismo aglutinador dos trabalhadores mais combativos e tende a aprofundar os choques com os pelegos encastelados nas principais associações existentes na categoria que, invariavelmente, traem os trabalhadores. No próximo período, a comissão terá de superar muitas de suas debilidades, uma vez que há a perspectiva do recrudescimento da luta.

Publicamos abaixo o último boletim da comissão distribuído na categoria.:

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS JUDICIÁRIOS

A necessidade de um organismo que mobilize e centralize a categoria do judiciário está determinada pela ausência de uma direção de luta em nível estadual e pelas medidas de ataques às condições de vida do funcionalismo público que estão sen-

do impostas pelo governo FHC/Alckmin/TJ e que estão se materializando em forma de retirada de conquistas, sobrecarga de serviço, piora das condições de trabalho e, principalmente no congelamento salarial que já dura vários anos. Tudo indica que haverá um aprofundamento destes ataques no próximo período e o projeto de reclassificação de cargos e salários que está para ser implantando na categoria deverá ser a sua maior expressão. Daí decorre que os trabalhadores estão a mercê desses desmandos e completamente afastados do que de fato se passa e apenas suportando suas conseqüências.

A formação da "Comissão de Organização e Mobilização dos Judiciários" é, neste momento, um passo muito importante no sentido da organização da categoria em nível estadual. Entretanto, para o desenvolvimento dessa organização, é imprescindível a construção de um programa que norteie a ação, de modo a ter clareza de como nos portar nos embates que virão.

O que é o plano de reclassificação de cargos e salários do TJ - Alguns pontos do plano:

1) Remanejamento : o remanejamento forçado de trabalhadores é um dos principais pontos do plano e já está sendo colocado em prática pelo TJ. Com esta medida aumenta a sobrecarga de serviço dos funcionários, obrigando-os a trabalhar até a exaustão total, fazendo o serviço de dois ou mais, de forma a ajudar no cumprimento da meta de redução de gastos com a folha de pagamento, já que desta maneira o TJ não precisará contratar novos concursados.

2) anuênio por assiduidade :- A implantação do anuênio significa que os trabalhadores que não ultrapassarem o

limite de 6(seis) faltas durante um ano, incluindo faltas abonadas, faltas justificadas, injustificadas e licenças previstas no estatuto do funcionalismo público e que não tenham nenhuma falta disciplinar terão um reajuste de 1% (um por cento) sobre o salário base. Ou seja, o funcionário que quiser conseguir o tal anuênio terá que trabalhar doente, por exemplo. Esta medida substituirá o atual sistema de progressão que é feita através da mudança de referências/grau prevista na LC 715/93.

3) salários e reajustes : Objetiva acabar com várias gratificações, inclusive a gratificação judiciária, ajuda de custo, etc. e criar um salário base fixo acompanhado de uma gratificação única, móvel, ou seja, que poderá ser diminuída ou cortada, dependendo do orçamento que estará submetido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Na tabela de vencimentos, propõe reajustes diferenciados entre 4% a 25%, dependendo da referência/grau em que se encontra atualmente o funcionário.

Exemplo: Referência/Grau 12/C = 9% para o nível elementar e intermediário. A maioria dos trabalhadores está classificada no grau acima exemplificado.

a) *Escrevente Técnico Judiciário* - terá um salário base de R\$768,09 + gratificação de R\$843,44 = R\$1.601,53 brutos.

b) *Auxiliar Judiciário* - terá um salário base de R\$462,09 + gratificação de R\$488,66 = R\$951,16 brutos;

c) *Oficial de Justiça* - terá um salário base de R\$812,31 + gratificação de R\$1.036,39 = R\$1.848,70 brutos.

4) cargos comissionados e cargos em geral : divide a categoria em dois níveis, sendo que para os comissionados estão previstas uma série de regalias negadas ao segundo nível (cargos em geral), como salários e gratificações maiores, gratificações de representação, reajuste diferenciado, etc.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora iniciados no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readaptar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Aqui nesta parte é colocado como se deve preparar a militância para as polêmicas.

Manual do Organizador Incorporação Massiva de Militantes (VI)

Levar ao seio das massas as idéias revolucionárias (o programa do POR) é unicamente um aspecto do trabalho partidário, certamente transcendental. A difusão de nosso programa deve permitir ganhar a vanguarda da classe, agrupá-la e educá-la, ou seja, converter em militância porista.

Os militantes, através de seu trabalho de propaganda e agitação no meio das massas (levar o programa revolucionário para os explorados), fazem com que estas tomem contato direto com o partido, estabelecendo como referência comum as idéias poristas. Os contatos devem ser transformados rapidamente em simpatizantes do programa e participantes das atividades do POR. Devemos sublinhar que se trata de um trabalho importantíssimo, que merece que se lhe dedique muita



Guillermo Lora.

atenção, tempo e esforço; se encontra na base do fortalecimento do POR, da organização da vanguarda da classe operária, caminhos que nos conduzirão à revolução e ditadura proletárias. Os contatos que se convertem em simpatizantes constituem o terreno do qual colhemos novos militantes e isto já diz tudo. Alguns camaradas não realizam este trabalho porque o consideram indigno de um revolucionário chamado a resolver os maiores problemas da futura sociedade. Este pedantismo esconde muitos desvios políticos que têm suas raízes na incompreensão do programa partidário e da natureza da revolução proletária

Dois erros são frequentemente cometidos neste trabalho:

1) Muitas vezes consideram-se os contatos como uma categoria definitivamente estranha ao partido e não como potenciais simpatizantes e militantes, como realmente são. Se um

contato não fosse um possível militante, não se interessaria pelo Partido e nem desviaria suas energias para ele. Temos que corrigir esse critério errado e atender e tratar os contatos como possíveis futuros simpatizantes e militantes.

2) Outro erro emerge da caracterização anterior. De tratar os contatos indefinidamente como tais e de forma negligente, procurando-os de forma esporádica. Esta é a melhor forma de desperdiçar boas possibilidades de aumentar o ciclo de simpatizantes e militantes. Ao contrário uma relação normal frequente e ativa pode contribuir para transformá-los rapidamente em simpatizantes que é o que se busca. Os que atuam seguindo uma orientação contrária a esta se acomodam em conversar de vez em quando com seus contatos.

Os contatos devem ser convertidos no setor preferido para difusão da propaganda partidária. Não devem se limitar a serem leitores passivos mas a de cumprir a função de transmissores de nossas publicações. O jornal é o instrumento que ajuda a incorporar os contatos na camada de simpatizantes, os quadros devem aprender a utilizá-los devidamente, a fim de tirar deles o melhor proveito.

Deixar os contatos abandonados a sua sorte é a forma de perdê-los; ao contrário, precisamos organizá-los, por que isso contribuirá para controlá-los e prestar assistência em sua educação. As organizações paralelas constituem o melhor exemplo para materializar esse objetivo.

História do movimento operário no Brasil

(Parte 14)

NOVA FASE DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

A partir do ano de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 pelo governo militar, o cerco ao movimento operário foi intensificado, levando-o a um grande refluxo nas lutas por melhores condições de trabalho e de vida. Este instrumento de lei tinha como objetivo coibir qualquer forma de manifestação que expressasse a luta de classes, tendo para isso de promover o fechamento de inúmeros sindicatos; a cassação, prisão e assassinato de lideranças sindicais; o apoio incondicional às lideranças pelegas como auxiliares do imobilismo da classe trabalhadora. Esta intensificação da repressão ao movimento operário e camponês está associado à necessidade do Estado burguês em preservar os interesses econômicos do imperialismo no País, levando às últimas conseqüências seus métodos de aniquilamento dos movimentos que pudessem colocá-los em cheque.

No campo da "esquerda", o PCB entrava em um processo de esfacelamento devido às várias cisões que ocorreram em seu interior por dois motivos principais: pelo descrédito acarretado pela falência de sua política de conciliação com a burguesia nacional (a orientação estalinista de que primeiro haveria de se vencer o inimigo principal, o imperialismo e só depois a burguesia nacional. Esta orientação serviu para fundamentar a tática da frente popular e da estratégia do governo popular – coalizão entre a burguesia industrial e o proletariado) e pela negação da toda forma de ação direta (incluindo a luta armada) contra a ditadura militar. Isto provoca o surgimento de inúmeras organizações de esquerda, que tinham um programa pequeno-burguês radical e por isso não acreditavam em desenvolver um trabalho operário, preferindo a luta foquista. Os principais foram: o Partido Comunista

do Brasil (PC do B cindido em 1962), a Aliança Libertadora Nacional (ALN-1967), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR - 1968), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 - 1969), a Ação Popular (AP -1962), a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP - 1961) etc. Estas organizações de esquerda, em geral, foram influenciadas pela Revolução Cubana de 1959 e tinham como objetivo fazer a revolução no Brasil a partir do foco. As organizações de esquerda foquistas foram aniquiladas e suas lideranças assassinadas. Os mecanismos de repressão varreram com essas correntes, pois as ações foquistas não contavam com o apoio das massas, que vinham de uma derrota histórica e estavam sem uma direção revolucionária verdadeira.

Paralelamente, o grande desenvolvimento econômico que passa a se concentrar na região sudeste do Brasil, principalmente no setor da indústria metalúrgica, levou os operários metalúrgicos a se destacarem como centro aglutinador das lutas operárias e, conseqüentemente, no ressurgimento do movimento operário. No eixo São Paulo/Osasco, nasce a experiência da *Oposição Sindical Metalúrgica*, contrária ao sindicalismo dos períodos de Getúlio Vargas até João Goulart, caracterizado este como nacionalista, de conciliação com a burguesia nacional e com o Estado, reivindicava então uma atuação classista, baseada na luta de classes.

No período de 68 a 73, a Oposição Sindical Metalúrgica busca realizar um trabalho de lenta reorganização sindical através de pequenos grupos dentro das fábricas e de lutas isoladas em cada fábrica, em São Paulo, na região do ABC e Osasco. Em 1968, ocorreram as greves de Contagem (em abril com 15.000 gre-

vistas, que durou algumas semanas e obteve vitórias parciais) e Osasco (em julho com 6.000 grevistas, por 6 dias), nestas houve ocupações das fábricas, foram dirigidas por comandos de greve independentes da direção sindical e organizados piquetes de autodefesa contra a repressão policial, e comissões de trabalho (mobilização, ocupação, agitação e propaganda, etc.). Neste ano também os operários conseguiram, no 1 de maio, em São Paulo, expulsar do palanque o governador e os pelegos tomando a palavra e dirigindo uma passeata pelas ruas do centro paulista

A partir de 1973 também ocorreram paralisações em São Bernardo do Campo nas montadoras: Mercedes, Volks e Chrysler, por 10% de reajuste salarial; em São Paulo uma paralisação na Villares, exigindo 10% de aumento. Em várias fábricas multiplicam-se as pequenas lutas, com métodos variados como a operação tartaruga (parada por seção).

Desde a instauração da ditadura militar em 1964 até meados da década de 70, portanto, do ponto de vista da chamada esquerda, de um lado haviam movimentos foquistas, cuja ação estava distante das massas, sobretudo do proletariado; de outro lado, havia uma nova tendência no movimento sindical que, inicialmente estava preocupada em organizar a massa proletária, dedica-se a um movimento de base que não consegue alcançar a unificação operária, não rompe o isolamento próprio do trabalho por fábrica. Não havia um partido operário revolucionário capaz de conduzir o trabalho de base independente e classista que realmente lutasse pela libertação do proletariado e que constituísse um verdadeiro movimento de massas que se armasse da estratégia revolucionária e se insurgisse contra o Estado fascista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Argentina:

Reproduzimos abaixo artigo do Masas argentino, órgão do Comitê Construtor do POR argentino, membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Acabemos com o governo de banqueiros

(De a Rúa e Cavallo governam para eles mesmos)

BASTA de USURA e ESPECULAÇÃO,

Nem trégua, nem paciência com os inimigos da Nação

Expropriar o capital financeiro!

Desconhecer a dívida externa, nem um dólar mais para eles!

Eles decidem mais uma vez, e agora com todas as letras, pagar primeiro a dívida externa fraudulenta e garantir-lhes o privilégio de que sob qualquer circunstância cobrarão. E, com o que reste, pagar salários e aposentadorias, educação e saúde. Com esta lógica, como os pagamentos da dívida externa seguem crescendo de forma sideral, chegará o dia em que não haverá nem para salários nem para aposentadorias.

Temos que parar-lhes agora mesmo. Primeiro os aposentados, primeiro os trabalhadores, primeiro os desempregados, primeiro a saúde e educação, primeiro nossas crianças.

Impeçamos que toquem em nossos direitos. Não nos deixemos roubar mais uma vez!

Arranquemos agora mesmo do Governo que salários e aposentadorias alcancem o mínimo para cobrir o custo da cesta familiar. Arranquemos agora mesmo trabalho para todos, distribuindo a quantidade de horas de trabalho entre todos os trabalhadores. Imponhamos desde já a jornada máxima de 8 horas e fim das horas extras enquanto haja um só trabalhador desempregado. Rechacemos os cortes de orçamento. Recupere-mos as empresas privatizadas, expropriando-as todas e o dinheiro que foi para as AFJP.

Essa dívida que querem cobrar já a receberam várias vezes e além disso ficaram com as principais empresas e riquezas do país. Não devemos pagá-la nunca mais

Os bandidos do governo dizem que não teremos mais crédito nem investimentos se tomarmos uma medida desta natureza, mas é isso o que já está ocor-

rendo, justamente pela submissão aos ditames do capital financeiro.

Se não arrecadam mais impostos é porque não querem atingir os grandes capitalistas, que são os grandes evasores e contrabandistas. Não o fazem porque eles são o Governo e querem que seja o povo quem arque com o custo de seu Estado.

A ditadura do capital está se preparando para uma repressão generalizada diante da resposta popular a este novo golpe. Temos de nos preparar conseqüentemente.

Essas medidas desesperadas demonstram que a burguesia está esgotada, que não pode fazer mais que aprofundar o submetimento da Nação ao imperialismo e multiplicar a miséria dos mais humildes.

Os sindicalistas mostram-se mais preocupados em se colocar para as eleições que por responder ao ataque violento contra as masas. Mas é imprescindível paralisar tudo agora mesmo. Acabar com todas as divisões e mesquinhas. Organizar-nos desde as bases para debater e resolver como começamos a tomar o rumo do país em nossas próprias mãos.

Nada de paralisações simbólicas ou medidas isoladas. Preparemos uma resposta à altura do ataque que está se perpetrando: Assembléias em todos os lugares para impulsionar a ocupação dos lugares de trabalho e estudo. Greve geral, nacional, ativa, com bloqueios de caminhos, até impor ao governo todos as nossas reivindicações.

Somente a ação direta de massas po-

derá derrotar a política antinacional do governo dos banqueiros, nunca por meio das eleições.

O governo dos banqueiros adota medidas que assegurem cobrar os interesses os serviços da dívida externa antes dos salários, as aposentadorias e os serviços sociais.

O novo ajuste é consequência, como todos os anteriores, da inviabilidade desta política, que descarrega sua crise sobre a população, frente a incapacidade de reativar a economia, desenvolver o país, terminar com o déficit etc.

A luta radicalizada no centro da cena

As manifestações populares salteñas, os cortes cada vez mais massivos que se reproduzem na grande Buenos Aires, a grande luta dos trabalhadores da Aerolíneas Argentinas; a resistência dos pequenos produtores rurais no Valle de Río Negro, Chaco e Tucumán; as paralisações nacionais contundentes etc. expressam a rebelião das massas, que buscam outra política, que resolva os graves problemas que se vivem, frente ao desastre da política dos sucessivos governos capitalistas submetidos inteiramente aos ditames do imperialismo.

Vivemos um crescente aumento das lutas populares em distintos pontos do país, os métodos que se aplicam são cada vez mais radicais, cada luta parte da experiência ganha anteriormente e trata-se de não cometer os mesmos erros, as classes médias entram em movimento utilizando métodos que são próprios da classe operária: os sindicatos de Aerolíneas, os estudantes rechaçando o ajuste na universidade e os pequenos produto-

res.

A legalização dos piquetes, dos escaques, dos bloqueios, que se estendem, são um exemplo da situação que se vive. Até ontem setores massivos se espantavam diante das palavras piquete ou bloqueio, hoje naturalmente se aceita com simpatia e se participa de medidas cada vez mais duras.

Destaca-se a participação de uma nova vanguarda que está se forjando nestas lutas, sem experiência sindical ou política prévia. O que às vezes explica o enorme vigor das intervenções que protagoniza.

Todas as medidas que se aplicam tendem a ultrapassar às direções das centrais sindicais, que continuamente têm de ajustar suas propostas e suas medidas para não afastar-se do protesto popular, especialmente em algumas regionais do interior, (Salta, Neuquen). Estas direções trabalham arduamente para que as reivindicações possam ser contidas e resolvidas dentro do regime. Tanto a CTA como a CGT dissidente têm firmes convicções capitalistas, não questionam a propriedade privada das multinacionais, não colocam o desconhecimento da dívida externa, não querem retroceder as privatizações, e se restringem a rechaçar o "modelo" selvagem que nos aplicam, limitando-se a serem denunciadores.

Colocam-se sempre do lado dos partidos patronais e reproduzem suas posições políticas. Não esqueçamos a CTA chamando a votar pela Aliança e em Moyano por Duhalde, hoje apenas mudam alguns atores.

A mobilização popular tem se politizado, identificando como responsável pela desagregação econômica e social que vivemos a política privatista, o papel do imperialismo, e daí se entende a necessidade de golpear todas as empresas que formarão parte desse processo, sejam petroleiras, de telefones, de energia ou bancos.

A mobilização questiona o coração da política capitalista dos últimos 12 anos, a privatização de todas as empresas públicas e dos recursos naturais e a demissão massiva de trabalhadores em todos os setores. Não é casual que as lutas mais radicalizadas partam das cidades vinculadas à exploração petrolífera.

O discurso de Escasany (presidente do Banco de Galicia) na reunião de ban-

queiros em 25 de junho foi por demais explícito: exige que o Governo garanta a segurança. Não se referia à quantidade de assaltos a bancos, nem a "onda de insegurança" de que nos fala a imprensa todos os dias. Refere-se com todas as letras a que há que terminar com os piquetes, com os bloqueios, com a anarquia permanente que se vive, segundo suas palavras. O setor mais concentrado da economia, o mais poderoso, o que é responsável pela política que se aplica, é o mais consciente e vê como um perigo fundamental para o Estado e seus interesses as lutas em curso, que os vão colocando na mira como seus inimigos. Semanalmente vão atualizando a estatística das lutas e se preocupam pela Matança quando fazem contas das centenas de milhares de desempregados que rodeiam a Capital.

A vanguarda que luta deve tomar também a mesma consciência da magnitude do que estão realizando com suas próprias mãos a cada dia.

Os mais conhecidos intelectuais da burguesia - Grondona e companhia - vêm trabalhando faz tempo com o discurso de defender a Constituição e as leis, dizendo que as reivindicações, ainda que sejam justas, devem transitar pelo caminho da legalidade "para que não percam força", estão vendo como um grande perigo que a maioria da população se identifique e sinta simpatia pelas lutas mais duras. Percebem que todo o maccartismo desatado contra os lutadores acusando-os de infiltrados, mercenários, loucos, narcoguerrilheiros etc. volta-se contra porque as massas vão deixando de acreditar neles. Tampouco lhes funciona a ameaça de repressão, os processos contra centenas de lutadores, nem a repressão aberta.

O certo é que em repetidas oportunidades são os repressores os que têm de ser retirados diante da tenaz resistência que apela a todas as formas que tem a seu alcance para derrotar a repressão governamental.

Esta radicalização nas lutas leva consigo a perda das ilusões democráticas e por sua vez esta perda é a que alimenta a crescente utilização de medidas de ação direta que vão desde organizar-se para fazer frente à repressão até cruzar um avião na pista para bloquear o movimento aeronáutico, quase ninguém espera nada das instituições do Estado para

que resolvam algum problema.

A perda das ilusões na Aliança, no "governo de todos", foi muito rápida, terminou o usufruto do menemismo como o supermal que se havia de vencer para que terminassem todos os nossos problemas.

A crise governamental aberta com a queda de López Murphy marcou uma mudança na relação entre o governo e as massas. Cavallo, que foi chamado de urgência para se integrar ao governo, com superpoderes, já perdeu a expectativa que depositavam nele como o "salvador".

As eleições de deputados e senadores não conseguiram despertar ainda nenhuma ilusão, mesmo que faltem três meses para sua realização, como também pouco a pretendida Assembléia Constituinte reclamada por setores de esquerda há vários meses.

O eleitoralismo que se desenvolverá nas próximas semanas nos dará uma idéia de até onde avançou a ruptura com as ilusões no voto. Hoje se escuta massivamente um pronunciamento por não votar ou fazê-lo em branco como repúdio à politicagem e os partidos ainda têm medo de lançar-se abertamente à campanha. Mas não haveria que estranhar se uma boa parte destas intenções se transformassem em "voto útil" por algum candidato que seja considerado o "menos mau".

No entanto não podemos desconhecer que ainda perduram nas massas ilusões democráticas, porque não se derrotou ideologicamente a burguesia. Isto por si só não poderá conquistar o movimento de luta, por mais radicalizado que seja.

Nos mesmos setores que protagonizam essas lutas impressionantes ainda há esperança de que com investimentos a partir do estado pode-se conseguir superar os problemas que se vivem, ou ilusões de que associando-se com investidores locais se possa sacar a Argentina da quebra, ou raciocínios desse tipo. Já temos comprovado no passado como lutas enormes foram se dispersando depois pela ausência de uma direção revolucionária no lugar, firmemente assentada, que consiga tornar consciente o que estavam protagonizando as massas, a partir de seu seio.

Mas, a conclusão que extraímos é que a situação política está mudando e é ne-

cessário ajustar a política com que intervimos na luta de classes para assinalar com a maior precisão qual é o prognóstico, a estratégia e as táticas mais adequadas que corresponde aplicar.

Bancarrota da burguesia prostrada inteiramente frente ao imperialismo

O marco econômico internacional caracterizado pela superprodução de mercadorias, a desagregação capitalista, a recessão econômica nos países mais desenvolvidos, a destruição massiva de forças produtivas, determina a impossibilidade de qualquer solução para a crise econômica apoiando-se no mercado internacional. Pelo contrário, é esta crise internacional a que encontra a Argentina totalmente debilitada e submetida ao capital financeiro e faz que todos seus mais se potenciem.

Todas as receitas neoliberais aplicadas nos últimos 10 anos fracassaram rotundamente.

Fracassaram as privatizações feitas a preço vil, que encareceram os serviços e o denominado "custo argentino", monopolizaram ramos completos da produção e os serviços e não reduziram nem a dívida externa nem o déficit fiscal. Este é o fracasso do aspecto central da política neoliberal.

Durante décadas trabalharam com a idéia de que todos os mais residiam no alto grau de estatização da economia e que esta era a raiz do atraso econômico.

Também fracassou a política de privatizar o sistema de previdência social, e reduzir os aportes patronais ao sistema previdenciário, que elevou o déficit fiscal e conseqüentemente o endividamento para cobrir essa menor arrecadação por parte do Estado. Uma das desculpas para privatizar foi que antes a arrecadação previdenciária era usada para financiar outros gastos do Estado, e todos os governos metiam a mão nesses fundos, que é o que ocorre agora com a diferença que as AFJP recebem bonus pelo dinheiro que emprestam ao Estado e cobram vultosos juros por esse dinheiro e além disso ficam com uma porcentagem importante de comissões.

A superconcentração de capital, a centralização e monopolização, não são traços de crescimento e desenvolvimento da economia e sim sua negação. E isto tratam de apresentar com eufemismos

como modernidade ou globalização.

Fracassou a abertura de mercado que teve conseqüências terríveis para a economia e que serviu para pressionar os preços dos produtos que eram de produção nacional com produtos trazidos do exterior indiscriminadamente e que também contribuía com o incremento da dívida externa. Seus ideólogos nos dizem que assim haveria concorrência com o mercado mundial e sobreviveriam os mais aptos, os mais competitivos e que esses setores seriam os mais dinâmicos que arrastariam o conjunto da economia.

A enorme retração do mercado interno, produto da perda do poder aquisitivo da população, pelo desemprego e pela queda dos salários, faz que os períodos recessivos sejam cada vez mais extensos e os de "crescimento econômico" sejam cada vez mais breves. Esse mercado interno "protegido" que possibilitou o desenvolvimento de uma indústria incipiente, foi liquidado e conseqüentemente a produção que a ele se destinava.

Uma das ferramentas monetárias centrais do último período foi a "convertibilidade" para terminar com a hiperinflação. Um trambique monetário que atou o peso ao dólar, enquanto a economia brasileira, a de maior peso na América Latina, à qual está integrada pelo MERCOSUL, desvaloriza sua moeda continuamente. A burguesia, que cantou à magia desta ferramenta, sabe que se não sai da convertibilidade se agravarão notavelmente os problemas e se fica nela também. A dolarização significa o abandono da moeda nacional para adotar a dos EEUU, renunciando ao manejo do crédito. Não há solução com dolarização, e tampoco há com uma desvalorização do peso, as medidas monetaristas podem inclinar a balança para um ou outro setor do grande capital, e em todos os casos agravarão a situação das massas.

Nestas condições, falar de "competitividade" também é uma falácia, pela enorme disparidade monetária, pelo atraso e pelo peso dos monopólios em toda a economia. Assim, chegam à conclusão de que o único que se pode e deve fazer a Argentina é produzir cereais e vacas e entregar seus recursos naturais e esquecer-se da produção industrial porque na divisão internacional do mercado já há quem se ocupe de produzir em excesso tudo o que o país pode precisar.

A burguesia desindustrializou a raquítica indústria que havia conseguido se desenvolver no passado, conseguindo assim perpetuar o atraso da economia. Não haverá que esperar dela uma reversão desta tendência. Esgotou definitivamente seu ciclo convertendo-se em uma classe antinacional.

A quebra das economias regionais é outra expressão desta política que se aplica. Em algumas províncias, os resultados têm sido catastróficos, falência dos produtores rurais, cortes do orçamento, desemprego massivo, levando a graus inimagináveis de pobreza.

Apostar no desenvolvimento da economia incrementando as exportações é também uma mentira. É desconhecer a crise de superprodução de mercadorias que afeta o sistema capitalista em seu conjunto. O mercado internacional se estreita desde as grandes potências que aplicam o protecionismo. As exportações que crescem são as de artigos primários, sem manufaturar.

O peso da dívida externa na economia é elevadíssimo, a incapacidade para seguir endividando-se é uma demonstração de que se ultrapassaram os limites impostos pelo capital financeiro internacional, e por isso o alto custo do endividamento, um dos mais caros do planeta, que não faz outra coisa que multiplicar juros sobre juros. A burguesia reconhece que esta dívida é impagável, no entanto continua ajustando o orçamento para poder honrar a dívida, postergando todas as necessidades populares. Ficou claro que a entrega dos recursos e empresas nacionais não teve como destino pagar a dívida externa, que se multiplica geometricamente. Hoje o país se encontra em inadimplência, revelando a magnitude do desastre que fizeram, ao mesmo tempo que geram novos e mais violentos ajustes contra as massas para poder sair desta situação nos termos que recomendam os credores.

As dezenas de bilhões de dólares levados ao exterior, entre 60 e 100, demonstra a magnitude da economia negra, evasora e a falta de vontade dos governos para identificar quem são, fazer-lhes trazer o dinheiro e metê-los na cadeia. Também mostra que nem eles mesmos acreditam no que estão dizendo.

O déficit fiscal tem sua base na cifra descomunal de juros que se pagam da

dívida externa, na redução dos aportes patronais à previdência social, no corte da atividade econômica, no dinheiro que se rouba e na evasão impositiva dos grandes contribuintes. A burguesia mente quando trata de atribuí-lo ao chamado "custo político" já que não tem relevância econômica se comparado com as outras causas.

A política de impostos que se aplica é cada vez mais regressiva, se baseia no pagamento pelos consumidores, que é cada vez mais elevado. A tendência é eliminar os impostos para os ganhos dos capitalistas. São os setores mais parasitários os eximidos de pagar esse imposto. Dizem que desta forma se atrai investimento de capitais, assegurando-lhes uma boa taxa de lucro. A realidade é que nem nestas condições atraem investimentos capitalistas para produzir.

O crescimento do narcotráfico, da lavagem de dinheiro, do contrabando, e das máfias vinculadas a esses negócios dá uma idéia do componente parasitário que avança nesta classe social, a burguesia que se decompõe sem perspectiva para a sociedade.

O desemprego segue batendo recordes. Mais de 4.000.000 trabalhadores permanecem desempregados ou subempregados. Cifra que excede o "exército de reserva" que sempre necessitam os capitalistas para pressionar sobre os trabalhadores que estão empregados. Cifras que expressam o grau de desintegração capitalista ao não poder explorar a semelhante quantidade de trabalhadores que, em sua maioria, adquiriram as suficientes habilidades para produzir.

Esses grandes traços servem para mostrar-nos uma burguesia que é absolutamente incapaz de tirar o país do atraso, industrializá-lo, romper as cadeias que o atam ao capital financeiro internacional.

Verifica-se dramaticamente a impossibilidade absoluta de sair desta situação de profunda crise e desintegração nacional de parte da burguesia, não há possibilidade de reformar esta situação. Sua sobrevivência no poder nos fará conhecer maiores desgraças sociais.

Não somente é necessário, é urgente terminar com a dominação burguesa do país, que está esgotada.

Não é um problema do mal governo de De la Rúa, nem antes de Menem, é a

consequência de uma classe que é anti-nacional, que só busca algumas migalhas da relação com o amo e não lhe importa sua desintegração. Os desastres governamentais, suas incoerências, sua paralisia frente aos grandes problemas, obedece a sua incapacidade para modificar a situação que se vive. São capatazes de uma fazenda que acreditam ser propriedade dos grandes bancos do exterior - os sagrados mercados - aos que não podem contradizer e vivem permanentemente a contradição entre obedecer essas ordens e ao mesmo tempo atacar quem os votem ou depositem alguma ilusão em que podiam dar resposta a suas reivindicações e agora pretendem que voltem a votá-los.

Não é possível um "governo de todos" e "para todos" como repete de vez em quando De la

Rúa. O regime político atúa por conta do grande capital financeiro internacional e portanto o faz contra a maioria, os explorados e os oprimidos da Nação. A proposta de governos de coalizão com outras forças políticas, chamados governos de "unidade nacional" não são outra coisa que a unidade dos principais partidos patronais, defensores da dominação imperialista do país, para garantir seus interesses. Na verdade são governos de unidade antinacional.

Os nacionalistas burgueses, os reformistas em geral, se referem hoje ao Estado como se estivesse debilitado, prisioneiro dos monopólios e do capital financeiro internacional, e pretendem que volte a cumprir o papel que teve durante 30 anos, que volte a ocupar um papel bonapartista, donde apareça pondo limites à voracidade do imperialismo e fazendo concessões ao movimento de massas, que jogue um papel de impulsor da acumulação de capital em mãos dos setores "produtivos" da burguesia, etc.

Esse Estado a que se referem já não poderá existir, porque a burguesia nacional desandou todo esse caminho e se transformou em classe antinacional. O protecionismo de ontem é hoje abertura indiscriminada, a compra nacional é compra importada, os controles de remessas em livre entrada e saída de divisas, os setores estratégicos da economia em mãos de empresas estatais estão hoje todas privatizadas, a saúde e as jubilações garantidas pelo Estado, hoje em

mãos privadas e sem garantia.

Mas acima de tudo nunca devemos deixar de recordar que aquele Estado e este Estado são essencialmente o mesmo, é a ditadura da burguesia, de uma minoria que tem o poder, que é dona dos meios de produção, que defende a propriedade privada dos capitalistas contra a maioria explorada, e em última instância antes como agora esse Estado são os destacamentos armados da burguesia, seu exército, repressão, polícia, são suas prisões e todo seu aparato legal repressivo para garantir diante das massas a defesa da ordem burguesa.

A Argentina acentuou sua característica de semicolônia do imperialismo em extremo. Não corresponde falar de uma "segunda independência" da Nação quando a Argentina não conseguiu se constituir como uma verdadeira Nação independente. A dominação maciça no terreno econômico financeiro se manifesta também no terreno militar acompanhando as missões encarregadas pelo imperialismo contra outras nações oprimidas, no terreno diplomático etc.

A causa nacional antiimperialista é uma questão central, está nas mãos da classe operária e os oprimidos e explorados da cidade e do campo, que são quem sofre as consequências da opressão insuportável que se mete em todos os rincões da vida econômica e social. Já não há setores que se animem a desconhecer esta realidade avassaladora.

As demais classes e camadas médias da sociedade, que sofrem as consequências desta opressão insuportável, são incapazes de formular uma alternativa política consequentemente antiimperialista, suas expressões políticas não vão além de reclamar maior intervenção do Estado, humanizar o capital, melhorar a distribuição de renda etc. Em nenhum caso vão contra a propriedade das multinacionais e o capital financeiro. Tendem ao democratismo eleitoralista.

Isso coloca o centro da atenção em que tática é a mais adequada para que a classe operária possa acaudilhar o levantamento da Nação oprimida contra o imperialismo. Essa tática deve permitir a unidade política de oprimidos e explorados sob sua estratégia política, a única consequentemente antiimperialista e anticapitalista. Todas as reivindicações sociais,

nacionais, democráticas conduzem

ao enfrentamento com o imperialismo, por isso a classe operária tem a obrigação de dar-lhes resposta, de formulá-las desde sua própria perspectiva socialista. Esta tática é imprescindível para derrotar as colocações nacionalistas burguesas ou pequeno-burguesas e as políticas de "frente popular" que pretendem colocar a classe operária a reboque de sua política.

É necessário partir de reconhecer a necessidade de derrotar as concepções nacionalistas da burguesia, para que as massas não voltem a cair em engodos. A história das últimas décadas ensina que esta questão é vital para os revolucionários.

A classe operária, para que possa jogar esse papel de liderança não só deve manifestá-lo nos métodos de luta, que vão se generalizando, mas começando por derrotar a burguesia no plano ideológico, contribuindo para desterrar todas as ilusões democráticas, de reforma do capitalismo, de pretender a satisfação das necessidades apenas com "mudança de modelo."

Este trabalho a classe operária deve

realizar estruturando-se em partido, que será necessariamente revolucionário, porque coloca que a revolução social tem um caráter proletário, porque instaurará sua ditadura, destruindo o Estado burguês, que expropriará os meios de produção etc. para começar a construção do socialismo. Não é possível começar a construir o socialismo por alguma outra via, tal via a história demonstra que não existe.

O partido se estrutura sobre a base do programa construído com o método materialista, dele se depreende a caracterização do que é a Argentina, suas classes, sua história, que lugar ocupa na economia internacional etc. e qual a estratégia que corresponde. Não estamos falando de construir um partido eleitoireiro para juntar aos descontentes com a Aliança, o peronismo e a esquerda reformista. Estamos falando do partido que encarne a perspectiva

do governo operário-camponês, da ditadura proletária.

Quem são os únicos que dão expressão consciente ao que as massas estão fazendo? Os revolucionários, os que

colocam a necessidade de subverter o sistema, são os que podem reconhecer as raízes mais profundas do movimento que se eleva e trabalhar em consequência.

Setores que se reclamam de esquerda e da classe operária se orientam para formulações táticas do tipo da "frente popular" isto é, de impulsionar frentes políticas com setores da burguesia e da burocracia, com discursos combativos e pseudonacionalistas, para desviar a luta popular para políticas de colaboração e conciliação de classes, e tratar de impedir que se ataque a raiz o regime capitalista. Estas frentes são justificadas com o argumento de que é necessário aliar-se politicamente com os setores arruinados dos capitalistas, de que agora é imperioso fazer uma frente a mais ampla possível etc. é também uma desculpa para não formular uma estratégia classista, operária.

As frentes políticas, ainda que não o digam explicitamente, sempre estão dirigidas por uma classe, ou por uma fração dela, é a que impõe a estratégia política.

Resumo dos Volumes das Obras Completas de Guillermo Lora

Volume IV (1950-1953)

Neste volume é retratada a relação entre o Massacre de SIGLO XX e a revolução de 52/53, inclusive a luta do POR para atuar em todas as frentes no sentido de elevar o ascenso revolucionário. Mostra também a luta no partido para superar o nacionalismo do MNR. A questão do nacionalismo burguês e as posições do proletariado refletem uma rica experiência programática.

Para uma leitura atenta, vale a pena o artigo sobre o XV Aniversário da Morte de José Aguirre Gainsborg, fundador do POR boliviano, e mostra-se um pouco sobre o nascimento do Partido Revolucionário altiplânico.

Volume V (1954-1956)

Neste volume, os documentos refletem a continuidade da luta do POR contra o nacionalismo do MNR. É feito um

balanço do 1 Congresso da COB. No período abordado por esse tomo se dá a segunda grande cisão do POR, provocada pelo Pablismo (a primeira foi efetivada por Marof e seus seguidores que lutavam para que o partido fosse um amplo partido de esquerda eleitoral). Lembrando que neste momento Pablo orientava a incorporação dos Partidos da IV Internacional ao estalinismo. E, no caso da não existência de partidos estalinistas fortes deveriam entrar nos movimentos nacionalistas. Nesta ocasião, os pablistas se dividiram. O setor dirigido por Ayala se incorporou ao MNR, enquanto o setor dirigido por Warqui se constituiu em fração, Fração Proletária Internacionalista, que lentamente irá se constituindo em um partido distinto.

Neste volume surgem os primeiros artigos extraídos do jornal "Masas" (novembro de 54), já que o jornal "Lucha Obrera" tinha caído na mão dos entristas.

